



RELATÓRIO DE  
GESTÃO E CONTAS  
**2019**

**cmip**



## **ABREVIATURAS:**

### **OMI**

OMI – Operador do Mercado Ibérico

### **OMIP**

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

### **OMIClear**

OMIClear, C.C., S.A.

### **OMIE**

OMI – Polo Español, S.A.

### **OMIP, S.A.**

### **OMIP SGPS**

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

### **OMEL**

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.



RELATÓRIO DE  
GESTÃO E CONTAS  
2019

**emip**



## índice

<b>01</b>	<b>Mensagem da Presidência</b>	<b>06</b>
<b>02</b>	<b>Exercício de 2019</b>	<b>08</b>
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Organização	
	2.3 OMI	
<b>03</b>	<b>Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL</b>	<b>11</b>
<b>04</b>	<b>Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros – DMIF II</b>	<b>20</b>
<b>05</b>	<b>Sistemas de informação</b>	<b>22</b>
<b>06</b>	<b>Outras atividades</b>	<b>25</b>
	6.1 Leilões de colocação de produção em regime especial	
	6.2 Leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso	
	6.3 Direitos de utilização de capacidade (gás)	
	6.4 Operações de Compensação pelo GTG	
	6.5 Desenvolvimento do projeto GPMC/OLMC	
<b>07</b>	<b>Perspetivas para 2019</b>	<b>29</b>
<b>08</b>	<b>Proposta de aplicação de resultados</b>	<b>31</b>
<b>09</b>	<b>Acionistas, órgãos sociais e participada</b>	<b>33</b>
	9.1 Acionistas	
	9.2 Órgãos sociais	
	9.3 Participada	
<b>10</b>	<b>Demonstrações financeiras e anexos a 31 de dezembro de 2018</b>	<b>35</b>
<b>11</b>	<b>Anexos</b>	<b>62</b>
	Certificação Legal das Contas	
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	

01

Mensagem  
da presidência

No ano de 2019 registaram-se desenvolvimentos fundamentais, com impactos potencialmente disruptivos para os setores da energia e do ambiente na Europa. Com a aprovação definitiva do novo pacote legislativo da União Europeia denominado de “Energia limpa para todos os Europeus”, a que se seguiu, em dezembro de 2019 a publicação pela Comissão Europeia do Pacto Verde Europeu (European Green Deal), iniciou-se uma nova e exigente etapa para a descarbonização do setor energético europeu, em particular o elétrico, para as próximas décadas.

O Grupo OMI é um ator de referência na transição ecológica sustentável e as sociedades que o integram estão na vanguarda das iniciativas da indústria no espaço europeu. Os operadores de mercado, OMIP e OMIE, e a câmara de compensação OMIClear estão envolvidos em várias iniciativas com forte componente de inovação na estruturação dos mercados de eletricidade e gás natural na península ibérica, com particular ênfase na criação de condições para a participação da produção renovável no mercado em formatos que ajudem ao seu desenvolvimento, em particular ao seu financiamento.

Neste contexto, o OMIP foi um interveniente de referência no leilão de atribuição de licenças para reserva de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público portuguesa (energia fotovoltaica), realizado julho de 2019, tendo sido responsável pela operacionalização da licitação na sua plataforma de leilões. Foi atribuída uma capacidade de 1292 MW distribuída por modelos de remuneração em regime de tarifa garantida e de mercado, com resultados que nos colocam na vanguarda a nível mundial.

A atividade operacional foi marcada por uma recuperação no volume negociado e da liquidez no mercado a prazo de energia elétrica na Península Ibérica, não obstante a tendência generalizada de descida verificada no resto da Europa. No mercado espanhol, os volumes totais negociados aumentaram 31,38% face a 2018, enquanto a nível europeu descenderam 9,88%. Com efeito, nos principais mercados regionais observaram-se grandes descidas, em particular na Bélgica (-44,50%), Nórdico (-27,34%), Holanda (-11,33%), Alemanha (-10,75%) e França (-6,20%).

Dos principais mercados europeus, o espanhol foi, portanto, o único que registou um crescimento em relação ao ano anterior.

Estes números confirmam a evolução observada no passado recente de uma dinâmica do mercado, que se traduz na procura de soluções de contratação de mais longo prazo. Neste contexto, o OMIP prosseguiu o esforço no sentido da ampliação da gama de produtos que oferece ao mercado, nomeadamente através da extensão da curva de maturidade dos futuros de eletricidade para 7 anos. Sinal desse esforço é o facto de no dia 30 de outubro terem sido registados no OMIP os primeiros contratos de futuros de eletricidade com vencimento a 7 anos.

Esta estratégia de ampliação de portfolio, muito virada à satisfação das necessidades dos agentes de mercado, conjuntamente com o elevado nível de serviço e atenção ao cliente sempre proporcionado pelo OMIP, confere à nossa empresa a confiança e o ânimo necessários para fazer face aos desafios com que se defronta, em particular o feroz aumento da concorrência bem como o cada vez mais exigente enquadramento legislativo e regulamentar aplicável à sua atividade.

Deste modo, a linha de ação passa por continuar com a diversificação de forma a mitigar os riscos, que, na sua grande maioria, se encontram fora do nosso controlo, assim como por manter uma estrutura de custos muito ajustada, mas com a flexibilidade necessária para responder de maneira eficiente a qualquer oportunidade. É neste contexto, e dispondo da necessária flexibilidade, que o OMIP enfrentará os desafios, novos projetos e oportunidades de negócio.

Para terminar, queremos deixar o nosso reconhecimento a toda a equipa do OMIP, incluindo os Administradores não executivos, pelo excelente trabalho desenvolvido em momentos de especial dificuldade, assim como reiterar o nosso agradecimento a todos os acionistas pelo apoio e confiança depositados.

Lisboa, 26 de março de 2020

---

Artur Trindade  
Presidente do Conselho de Administração

---

02

**Exercício de 2019**



## 2.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em abril de 2004, para desempenhar as funções de contraparte central das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear desenvolvem as suas atividades ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respetivamente, como sociedade gestora de mercado regulamentado e de contraparte central, ambos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

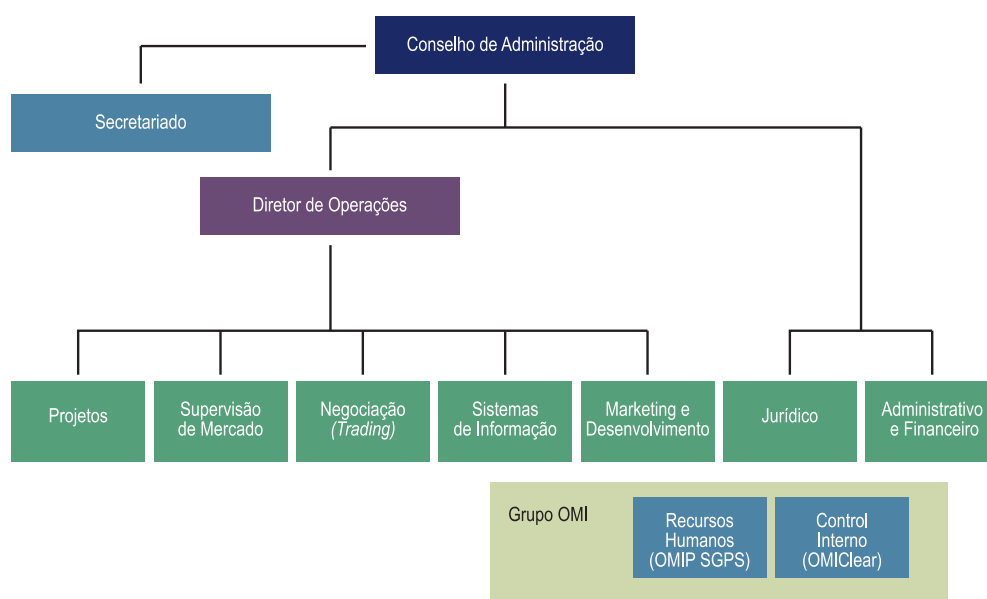
Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do setor financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do setor energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia) dos dois países.

## 2.2 Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se concebida para assegurar o regular e eficaz funcionamento do Mercado e, simultaneamente, dar resposta a todas as solicitações recebidas, seja de participantes, entidades supervisoras ou público em geral.

Para além dos recursos próprios, foram celebrados contratos de prestação de serviços com outras empresas pertencentes ao grupo OMI. Esta situação, dentro dos limites previstos na legislação aplicável, permite uma melhor alocação e gestão dos recursos humanos disponíveis.

Figura 1 Organização operacional do OMIP



A 31 de dezembro de 2019, a sociedade contava com 13 colaboradores (quatro do sexo feminino e nove do sexo masculino). A este número acresce o Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções executivas.

## 2.3 OMI

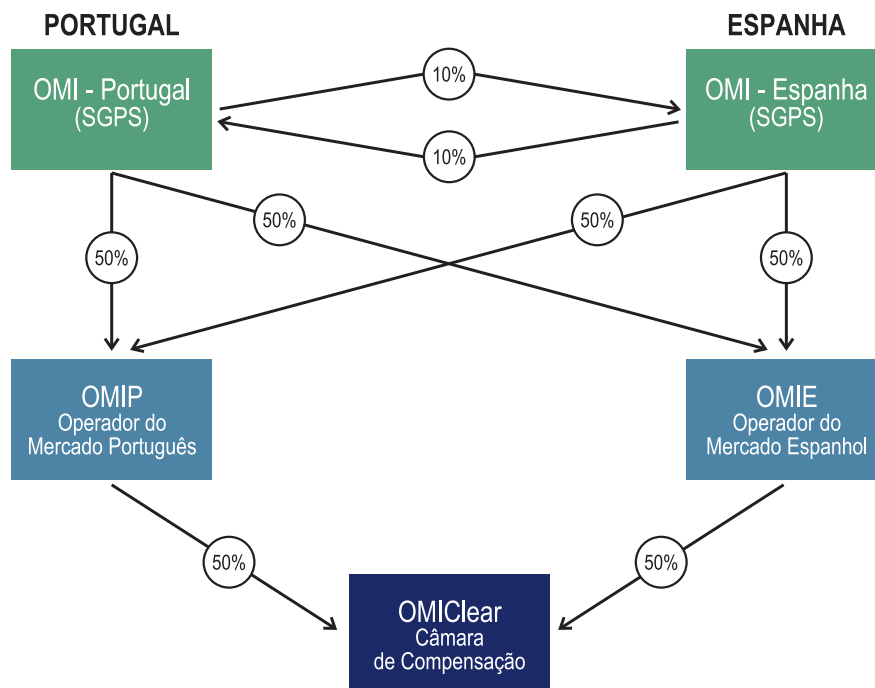
Em 2011 deu-se efetiva concretização à estrutura societária do OMI, conforme previsto no Artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redação dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, o qual passou a prever que o OMI “será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respetivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...”. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

Nesse contexto, em 18 de outubro de 2011, as sociedades *holding* OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE. Além disso, concretizou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Em 12 de setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura acionista da OMIClear, a qual foi realizada por aumento de capital, concluindo-se, assim, o modelo para o OMI previsto no Acordo Internacional.

2014 e 2015 foram anos de consolidação e de rearranjos internos, em especial para adaptação aos requisitos prudenciais, organizacionais e de gestão de risco aplicáveis à atividade da OMIClear, situação que também teve impactos no OMIP.

Figura 2 Organograma do OMI



O ano de 2019 representou o décimo terceiro ano completo de atividade no desempenho das funções cometidas ao polo português do Operador do Mercado Ibérico da Eletricidade.

# 03

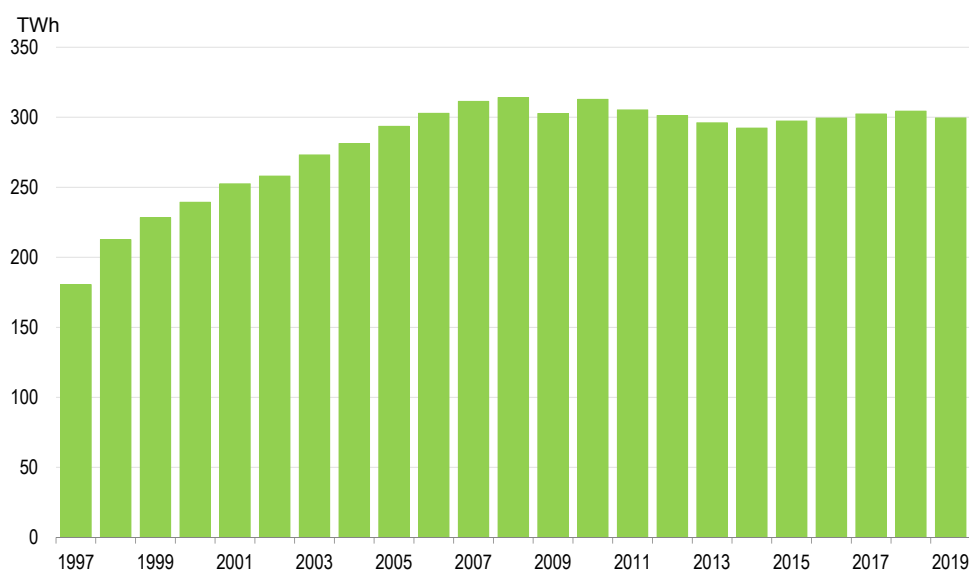
## Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL

## EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

O Mercado de Derivados do MIBEL registou em 2019 uma queda nos volumes negociados de 16,7%, motivada principalmente pela descontinuação dos leilões FTR. Com efeito, o volume negociado no mercado em contínuo registou um aumento de 23%, contrariando a tendência de queda que se vinha observando desde 2016. Para essa situação contribuíram vários fatores, nomeadamente um contexto de maior estabilidade regulatória, mas principalmente a tendência de procura, por parte dos agentes, de soluções de cobertura de risco de preço para horizontes de mais largo prazo, num momento em que é cada vez maior a penetração de energia renovável em condições de mercado.

Em 2019 foram negociados 7,40 TWh em contínuo, face aos 6,00 TWh de 2018. O consumo de energia elétrica na Península Ibérica, em comparação com o ano transato, diminuiu 1,7% em Espanha e 1,1% em Portugal, resultando numa diminuição de 1,6% no total da Península Ibérica.

Figura 3 Consumo de eletricidade na Península Ibérica (TWh)



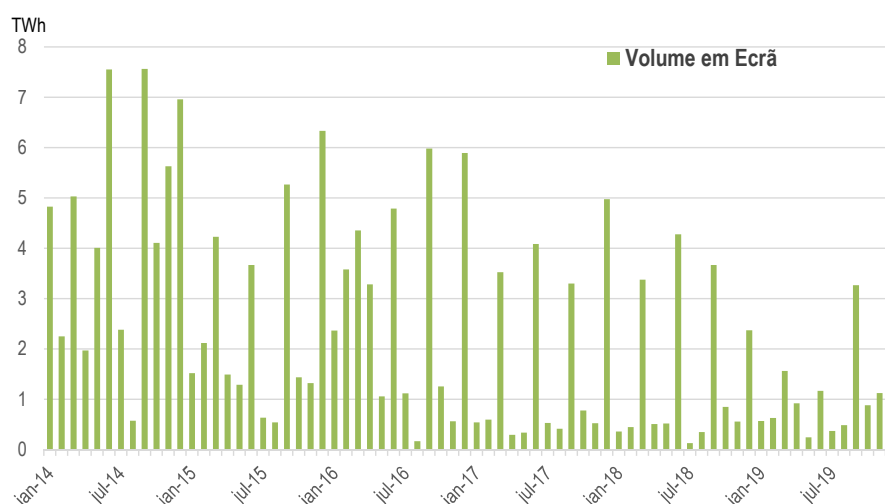
Quadro 1 Principais indicadores de atividade

	2019	2018
Volume transacionado (TWh)	14,5	17,4
Valor notional negociado (Milhão €)	764,1	690,4
Número de participantes	70	67

Relativamente ao número de participantes, e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2019 registou-se um aumento. Cessaram a atividade 2 entidades e foram admitidos 5 membros negociadores, o que resultou num saldo positivo de 3 participantes.

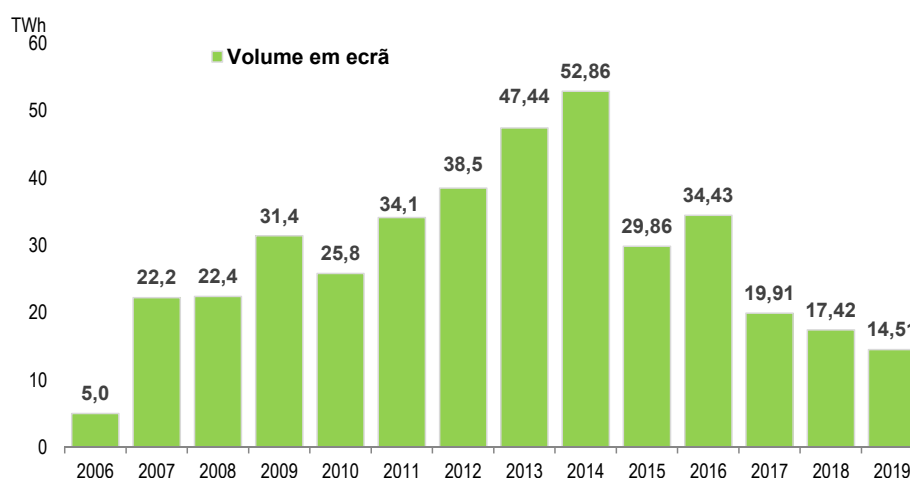
No que respeita aos volumes negociados, evidenciam-se os meses de setembro e dezembro, cujos valores foram claramente superiores aos restantes. De referir, também, que em termos médios foram negociados mensalmente cerca de 1,21 TWh, face aos 1,45 TWh de 2018.

Figura 4 Volume de energia negociada em mercado (TWh)



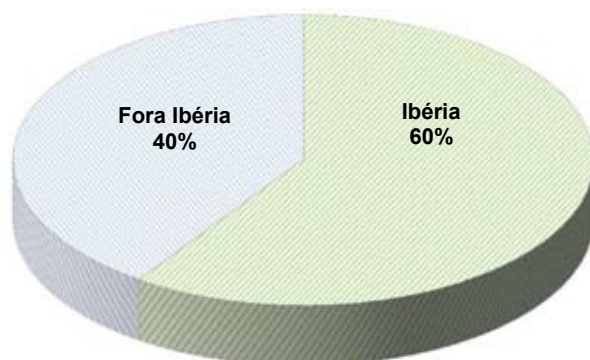
Analisando os volumes negociados numa base anual, constata-se que em 2019 o volume negociado diminuiu. Foi negociado em ecrã (Continuo e Leilões) um valor de 14,51 TWh refletindo um decréscimo de 17,7% face ao ano anterior.

Figura 5 Volume anual negociado em mercado (TWh)



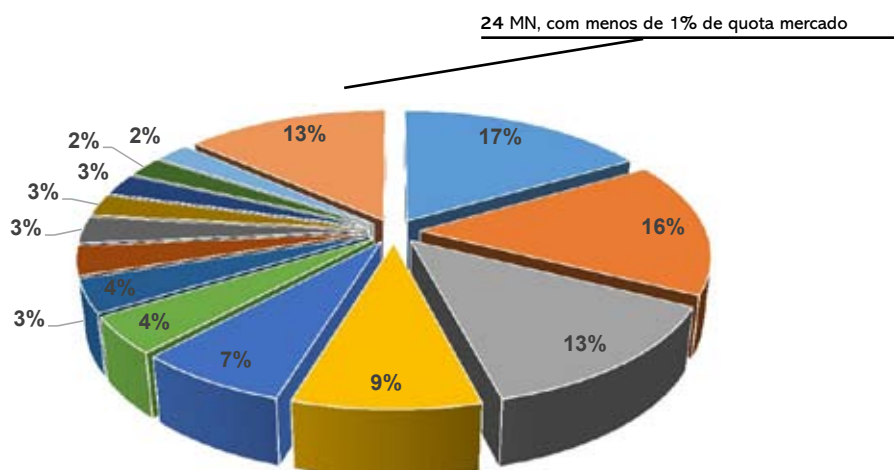
Na figura 6 observa-se que 60% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas na península ibérica, percentagem inferior à verificada em 2018 (83%). Este resultado evidencia o nível crescente de atividade de algumas entidades internacionais no mercado ibérico de energia.

Figura 6 Quotas de mercado por domiciliação do membro negociador



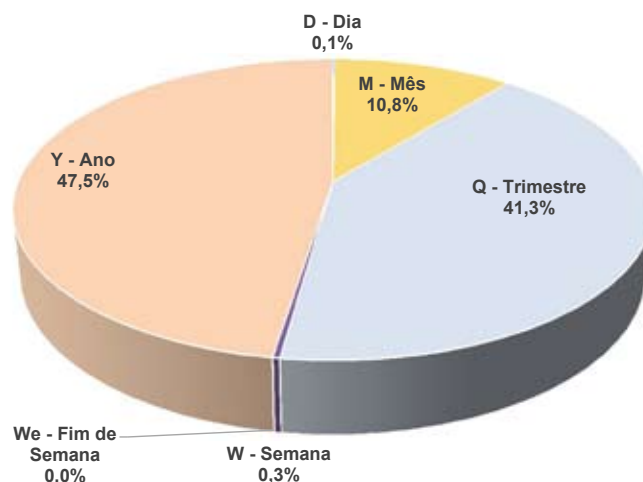
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2019 (ver figura 7), esta apresenta uma estrutura semelhante ao ano anterior, em que o volume voltou a estar bastante dividido entre os diferentes membros do mercado. Em 2019 os três agentes mais ativos representaram cerca de 46% do volume total negociado (37% em 2018). Este indicador, que merece ser destacado, da repartição do volume negociado, confirma que o mercado de eletricidade da Península Ibérica se mantém concorrencial, apesar de o peso dos principais *players* ter sido superior, face ao ano anterior.

Figura 7 Quotas de mercado por membro negociador



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os contratos anuais foram os mais transacionados com cerca de 47,5% do total do *portfolio* disponível no OMIP, como demonstra a figura 8, seguido pelos trimestrais e pelos mensais. Os instrumentos de curta maturidade continuam a ser claramente os contratos com menor quota de mercado. Os contratos semanais representam 0,3% do volume negociado, quando em 2018 representavam 0,4%.

Figura 8 Peso do volume negociado por tipo de Contrato em 2019



No quadro 2, apresenta-se a lista de participantes no OMIP, a 31 de dezembro de 2019, com a indicação dos membros negociadores por conta própria (CP), membros negociadores por conta de terceiros (CT) e intermediários de operações bilaterais (IOB).

Quadro 2 Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

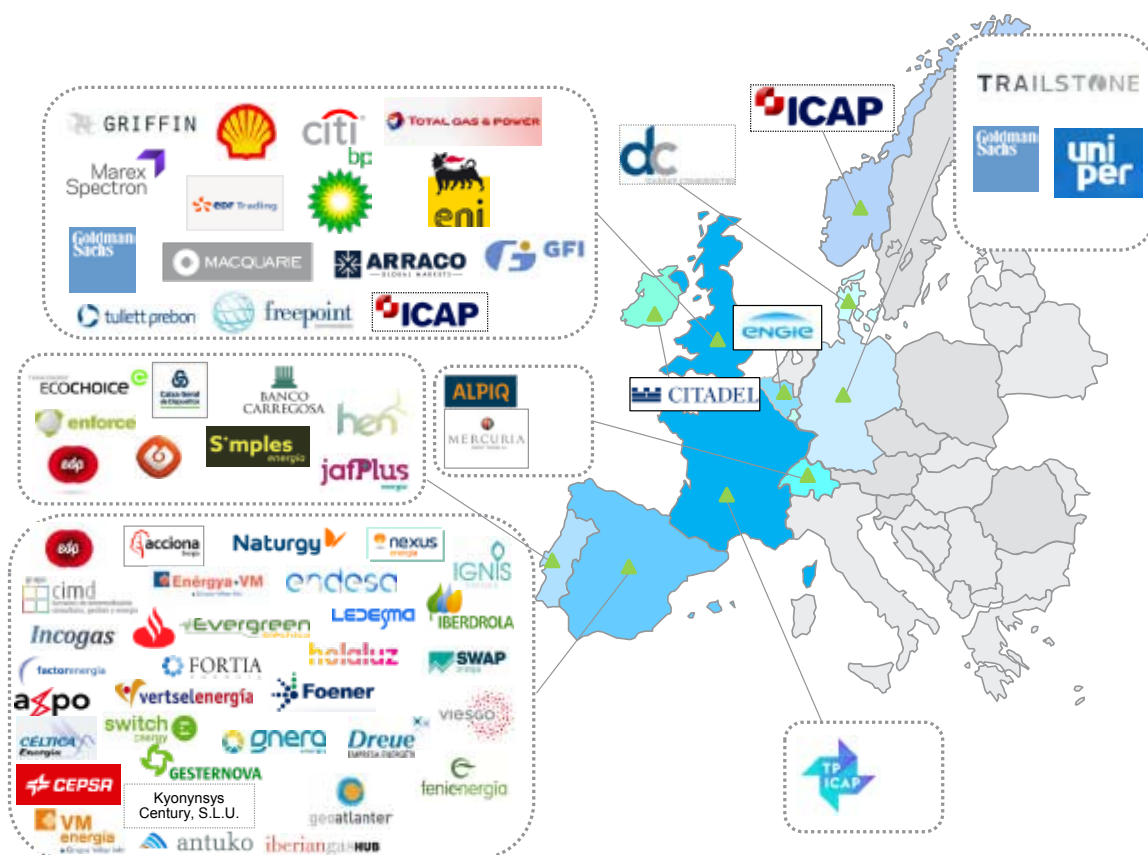
Entidade	Membro Negociador por Conta Própria	Membro Negociador por Conta de Terceiros	Intermediário de Operações Bilaterais
Acciona Green Energy Developments, S.L.			
Alpiq AG			
Antuko Energia S.L.			
Arraco Global Markets			
AXPO Iberia, S.L.			
Banco Santander, S.A.			
BP Gas Marketing Limited			
Céltica Energía, S.L.			
Cepsa Gas y Electricidad			
CIMD – Corretaje e Información Monetaria y de Divisas			
Citadel Energy Investments (Ireland) DAC			
Citigroup Global Markets Ltd.			
Comercializadora Regulada, Gas & Power, S.A.			
Danske Commodities, A/S			
Dreue Electric S.L.			
Ecochoice, S.A.			
EDF Trading Limited			
EDP - Serviço Universal, S.A.			
EDP Energias de Portugal, S.A.			
EDP España: S.A.U.			
Endesa Energía S.A.			
Endesa Energía XXI, S.L.			
Endesa Generación, S.A.			
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.			
Enforcesco S.A.			
Engie Global Markets (GDF Suez)			
Eni Trading & Shipping			
Evergreen Electrica S.L.			
Factor Energía, S.A.			
Fenie Energia			
Foener Energia, S.L.			
Fortia Energía Servicios			
Fortia Energía, S.L.			
Freepoint Commodities Europe LLP			
Galp Gás Natural, S.A.			
Galp Power, S.A.			
Gas Natural Comercializadora S.A.			
GeoAtlanter S.L.			
Gesternova, S.A.			
GFI Brokers			
Gnera Energía y Tecnología			

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

Entidade	Membro Negociador por Conta Própria	Membro Negociador por Conta de Terceiros	Intermediário de Operações Bilaterais
Goldman Sachs Bank Europe SE			
Goldman Sachs International			
Griffin Markets			
HEN - Serviços Energéticos, Lda.			
Holaluz-Clidom			
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.			
Iberdrola Generación España, S.A.U.			
ICAP Energy, AS			
ICAP Energy, Ltd			
Ignis Energia			
Ingeniería y Comercialización del Gas (Incogas)			
Jafplus Energia Lda			
Kyonynsys Century S.L.U.			
Ledesma Comercialización Eléctrica, S.L.			
Macquarie Bank Limited			
Marex Spectron International			
Mercuria Energy Trading, S.A.			
Naturgy Commodities Trading			
Naturgy Energy Group, S.A.			
Nexus Energía, S.A.			
PH Energia, Lda			
Régsiti Comercializadora Regulada S.L.U.			
Repsol Generación Eléctrica, S.L.U.			
Shell Energy Europe Ltd.			
Sociedad Bilbao Gas Hub			
SWAP Energia, S.A.			
Switch Energy, S.L.			
Total Gas & Power Ltd.			
TP ICAP (Europe)			
Tullett Prebon (Europe) Limited			
Tullett Prebon (Securities) Limited			
TrailStone GmbH			
Uniper Global Commodities SE			
Vertsel Energia S.L.U.			
Viesgo Renovables			
Villar Mir Energía			

Figura 9 Origem dos participantes (dezembro 2019)





A distribuição geográfica dos membros, indicada na figura 9, mostra claramente dois polos mais representativos. Um na península ibérica (Espanha em particular), no qual sobressaem entidades com ativos e interesses na produção e comercialização de energia elétrica, e outro no Reino Unido, constituído maioritariamente por empresas de natureza financeira, bancos e fundos de investimento.

O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava, a 31 de dezembro de 2019, 66 membros negociadores por conta própria (CP), 7 membros com capacidade de negociar por terceiros (CT) e 10 intermediários de operações bilaterais (IOB), conforme expresso no quadro 3.

Relativamente à categoria de CP, a predominância é de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de CT e IOB, os membros fora da península ibérica representam a maioria.

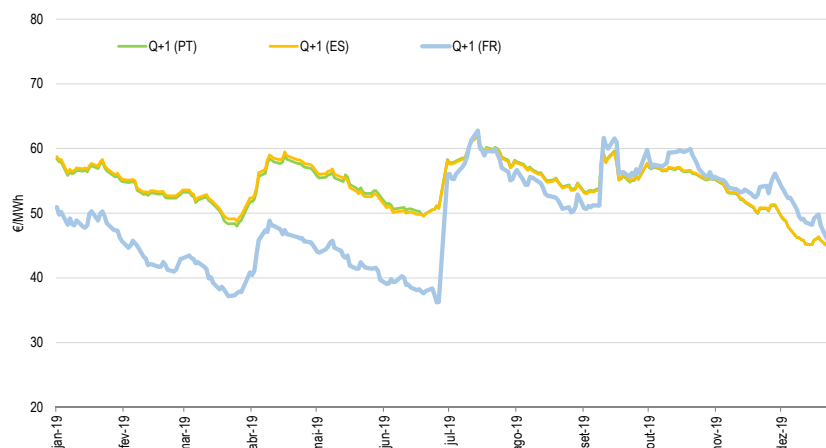
Em resultado do trabalho de *marketing* desenvolvido em 2019, foram admitidos como participantes os membros negociadores Naturgy Commodities Trading, Goldman Sachs Bank Europe, TP ICAP (Europe), Ignis Energia e HEN – Serviços Energéticos. Dos novos membros negociadores fazem parte *utilities energéticas*, comercializadoras e bancos de investimento.

Quadro 3 Origem dos participantes (dezembro 2019)

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	40	2	2
Portugal	9		
Reino Unido	9	2	6
Alemanha	3	1	
Noruega		1	1
Bélgica	1		
Dinamarca	1		
Irlanda	1		
Suiça	2		
França		1	1
<b>Total</b>	<b>66</b>	<b>7</b>	<b>10</b>
Ibéricos	49	2	2
Não Ibéricos	17	5	8

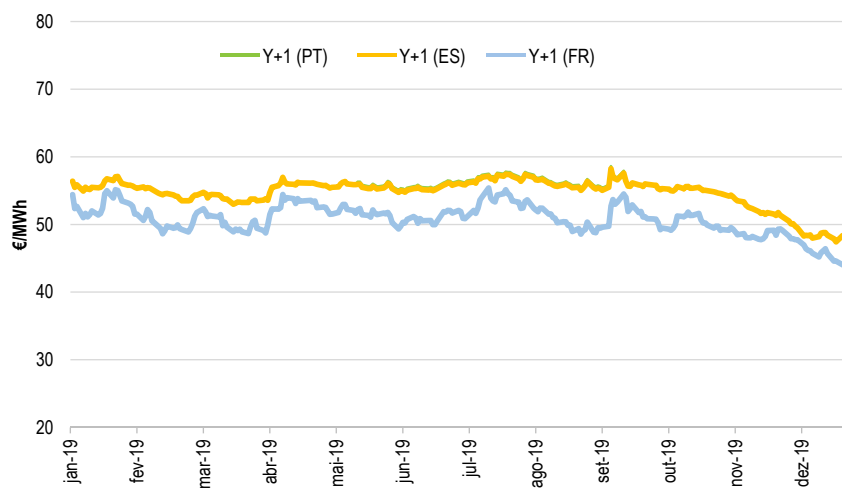
Em termos de preços, como se observa na figura 10, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL, a cada momento listados para negociação, salta à vista alguma sazonalidade que caracteriza estes mercados, mais evidente no mercado francês, muito mais sensível a aspetos relacionados com o consumo e as tecnologias existentes no respetivo parque produtor. No primeiro semestre do ano houve uma clara diferença nos preços dos contratos trimestrais, para os quais se chegou a verificar um preço inferior em 14 €/MWh na zona francesa. No segundo trimestre os preços convergiram, sendo que terminaram o ano com valores inferiores nas zonas espanhola e portuguesa face à zona francesa.

Figura 10 Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em negociação (€/MWh)



No contrato anual (*cfr.* figura 11), observa-se uma tendência de descida a partir do segundo semestre. Os preços espanhóis e portugueses situaram-se entre 47,45 e 58,60 €/MWh ao longo do ano. Durante todo o ano os produtos franceses tiveram preços inferiores aos da zona espanhola e portuguesa, sendo que essa diferença se atenuou no último trimestre.

Figura 11 Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (€/MWh)



O quadro seguinte resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2019.

Quadro 4 Resumo de 2019

Acontecimento
Axpo Iberia e Endesa foram escolhidos por concurso como criadores de mercado ( <i>market makers</i> ) para todo o ano de 2019.
Lançamento da negociação e registo de contratos de futuros sobre eletricidade com vencimento a 6 anos (Ano+6) e 7 anos (Ano+7), extensíveis a todos os contratos listados no OMIP (Base, Pico, Solar, <i>Forward</i> , <i>Swap</i> ).
Entrada de 5 novos membros negociadores no OMIP. 3 empresas ibéricas pertencentes ao setor energético e 2 entidades financeiras não ibéricas.
Realização ao longo do ano, com periodicidade trimestral, dos Leilões de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL. Os volumes negociados foram de 5,63 TWh.
No 3º e 4º trimestres realizaram-se os primeiros leilões de Aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso. Os volumes negociados foram de 1,47 TWh.
Organização de 3 sessões de Formação, em Lisboa e Madrid, sobre o Mercado de Derivados de Energia do MIBEL.
O OMIP organizou um Comité de Negociação e Produtos em março, em Madrid.
No dia 30 de outubro foram registados no OMIP os primeiros contratos de futuros de eletricidade com vencimento a 6 e 7 anos.

# 04

## Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros – DMIF II

A recente crise financeira revelou algumas deficiências no funcionamento e na transparência dos mercados financeiros. A evolução e o nível de sofisticação destes mercados realçou a necessidade de reforçar o quadro da regulamentação dos mercados de instrumentos financeiros, incluindo aquelas situações em que a negociação é efetuada no mercado de balcão (OTC, over-the-counter), a fim de aumentar a transparência, melhor proteger os investidores, reforçar a confiança, fazer face às áreas não regulamentadas e assegurar que sejam concedidos às autoridades de supervisão poderes adequados para o desempenho das suas tarefas.

Nesse sentido, com o pacote jurídico que constitui a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II), estabeleceu-se um regime regulamentar completo para regular a realização de transações em instrumentos financeiros, independentemente dos métodos de negociação utilizados para a sua conclusão, procurando garantir uma elevada qualidade de execução das transações dos investidores e apoiar a integridade e a eficiência global do sistema financeiro.

A entrada em vigor deste novo marco jurídico implicou, por parte do OMIP, um longo e exigente trabalho de adaptação e implementação, o qual se centrou principalmente nos temas de reporte de transações e de posições e de limites de posições. Ao longo de todo o ano de 2017 foi desenvolvido internamente um exaustivo trabalho de adaptação de procedimentos, regras e ferramentas, envolvendo as várias áreas da empresa, de modo a garantir a continuidade da operação na data de entrada em vigor da Diretiva.

Ao nível dos Sistemas de Informação, e conforme será detalhado mais à frente, foram desenvolvidos vários projetos internos de adaptação ao enquadramento legislativo imposto pela DMIF II. Destacam-se neste ponto, e de forma não exaustiva, aqueles ao nível do reporte para a CMVM de informação relativa à atividade de mercado e posição acumulada pelos membros negociadores, a evolução da Plataforma de Reporte do OMIP (ORP) para permitir aos membros negociadores do mercado atualizar informação e consultar transações e posições, bem como atualizar a classificação de redução de risco das mesmas e produzir ficheiros de reporte. Foi também atualizada a plataforma de negociação utilizada pelo OMIP (Trayport) para permitir a transmissão de informação relevante para a realização dos reportes para a ESMA.

Em relação à área de negociação, foi recolhida de todos os agentes de mercado toda a informação estática necessária a cumprir as obrigações inerentes à DMIF II, através da recolha de dados por intermédio de um “MiFIDII Report Agreement”. Foram igualmente recolhidos dados de identificação obrigatórios para todos os operadores relevantes para o sistema de negociação, neste novo contexto regulatório. Esta informação é mantida na Plataforma de Reporte do OMIP (ORP) e atualizada pelos próprios agentes. Também a própria plataforma de negociação sofreu uma atualização relevante, passando a incluir uma série de novos campos como, por exemplo, os que classificam a natureza, em termos de risco, das transações e passando a incluir métricas de avaliação do sistema exigidas pelo DMIF II.

No final do ano, e na sequência de um debate entre os membros da indústria e os reguladores, procedeu-se à adaptação de regras e processos às obrigações de transparência pré-negociação, que decorrem dos Artigos 8.º e 9.º do Regulamento (UE) N.º 600/2014 e que fez pairar, durante todo o ano de 2019, antes da solução encontrada, o espectro de uma alteração com carácter disruptivo que punha em causa o próprio modelo de negócios dos mercados regulamentados. Estava em causa o registo de operações bilaterais ser sequer possível dada a obrigação de mostrar publicamente ofertas de negócios por natureza pré-arranjados.

A solução encontrada pelo OMIP e proposta aos reguladores, e por estes expressamente aceite - e que aparentemente replicada por outros mercados regulamentados quase textualmente - passou pela realização de um tipo de leilão que baptizamos “de volume” despoletado automaticamente em cada operação bilateral sujeito a estas obrigações recebida pelo OMIP e que consiste num leilão do tipo aberto com Ofertas a preço único mantendo-se a prioridade-tempo das Ofertas constituídas pelas duas contrapartes, mas com a possibilidade de participação por todo o mercado, e em que a etapa da chamada fecha deterministicamente no prazo de um minuto. Se não resultar num negócio com as mesmas características de preço e volume para ambas as contrapartes o registo será rejeitado e caso contrário a Operação Bilateral será sim registada. Este processo foi implementado de modo a que não surtisse impacto nos processos dos membros negociadores tendo entrado em produção, no início de 2020 sem qualquer necessidade de intervenção por parte dos membros de negociadores.

**05**

**Sistemas de Informação**

Em linha com os trabalhos realizados em anos transatos, durante o ano de 2019 a atividade da área de sistemas de informação compreendeu-se nos seguintes vetores fundamentais:

**Gestão da relação com fornecedores externos:**

- > Suporte à comunicação entre fornecedor e departamentos operacionais;
- > Manutenção de infraestrutura de suporte aos serviços técnicos;
- > Gestão de níveis e qualidade de serviço.

**Suporte e manutenção de aplicações e serviços internos e externos:**

- > Especificação e teste de novas funcionalidades técnicas ou alteração de funcionalidades existentes;
- > Coordenação na aplicação de alterações em ambiente produtivo ou em ambientes não-produtivos;
- > Suporte e comunicação com agentes para notificação de alterações ou resolução de problemas;
- > Primeira linha de apoio na resolução de problemas técnicos (serviço *helpdesk*);
- > Execução de procedimentos diários de verificação de normal funcionamento dos sistemas;
- > Análise e adaptação a requisitos regulatórios.

**Desenho, especificação, implementação e teste de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas.**

**Participação na manutenção dos sistemas de continuidade de negócio e gestão da segurança de informação:**

- > Verificação e atualização de documentação.
- > Realização de testes periódicos de continuidade de negócio a sistemas e infra-estrutura.

Em 2019, a execução das atividades acima focaram-se na prestação de serviços relacionados com o mercado energético para clientes, havendo a realçar os seguintes:

- > Implementação de alterações à plataforma de leilões OMIPlus-A para acomodar um algoritmo de leilão para produtos de energia solar;
- > Continuação da especificação, desenvolvimento e testes da nova plataforma para a gestão do processo de mudança de comercializador de Gás Natural e Eletricidade, tendo sido finalizado e entrado em produção a vertente Gás;
- > Suporte técnico à implementação de alterações no e\_Switch, no âmbito da operação e manutenção da plataforma da mudança de comercializador do gás natural, mais especificamente a passagem do mesmo para um modelo exclusivo de leitura;
- > Desenvolvimento de uma solução que concretiza a gestão do processo de atribuição/remoção de tarifa social no mercado eléctrico nacional, no âmbito do suporte prestado pelo OMIP à ADENE como papel de Operador Logístico de Mudança de Comercializador (OLMC);
- > Especificação, desenvolvimento e testes de uma solução temporária para a transição das mudanças de comercializador da plataforma e\_Switch para o Portal OLMC, incluindo um tradutor (de mensagens *WebService*) e migração de dados entre sistemas.

Já em sequência das tarefas planeadas ao nível do Grupo OMI, devem considerar-se as seguintes atividades do departamento:

- > Melhoramentos na Plataforma de Reporte do OMIP (ORP) relacionado com alteração do reporte de informação para que passe toda a ser efetuada por outra empresa do Grupo OMI;
- > Início de desenvolvimento e testes do novo *Website* do OMIP, em linha com o *design* e tecnologia a adotar por todas as empresas do grupo OMI;

- > Início da implementação de um sistema de SIEM/SOC para monitorização ativa e contínua de eventos de segurança no *ciberespaço* da empresa.

Já num âmbito mais geral, destacam-se ainda os seguintes trabalhos que tiveram lugar durante o ano de 2019 e que foram executados ou tiveram a colaboração direta do departamento de Sistemas de Informação:

- > Desenvolvimento de um módulo no sistema de negociação Trayport para cumprimentos de requisitos regulamentares (MiFIR - Markets in Financial Instruments Regulation) impostos às bolsas para os negócios OTC (funcionalidade de pre trade transparency);
- > Análise e mitigação de vulnerabilidades identificadas pelo Centro Nacional de Cibersegurança e, em particular, pelo prestador de serviços de segurança, por via da realização de análise periódica de vulnerabilidades e testes de intrusão a diferentes níveis;
- > Atualização da solução de recuperação de desastre bem como suporte técnico à preparação e realização de um testes de recuperação de desastre no escritório principal do OMIP;
- > Melhoria da solução de automatização da monitorização 24/7 do mercado intradiário dos Direitos de Utilização da Capacidade de Gás (DUCg), prestado para a REN;
- > Implementação de melhorias no processo interno de faturação.



06

Outras atividades

## OUTRAS ATIVIDADES

### 6.1 Leilões de colocação de produção em regime especial

Os termos e condições de realização dos leilões de colocação de produção em Regime Especial, publicados em anexo à Diretiva n.º 5/2011 da ERSE, de 24 de novembro, definem o OMIP como a entidade responsável pela organização dos leilões. Trata-se de um mecanismo regulado de venda de produção de energia elétrica em regime especial por parte da EDP - Serviço Universal, S.A., no âmbito da função definida para o comercializador de último recurso, que assume a natureza de leilões de venda de contratos de futuros com entrega na área portuguesa do Mercado Ibérico da Energia Elétrica (MIBEL). A mencionada Diretiva estabelece que os leilões obedecem ao modelo de leilão de rondas (ou leilão de relógio). Para o efeito, o OMIP decidiu incluir os leilões dentro do Mercado de Derivados do MIBEL, desenrolando-se estes no âmbito de uma sessão especial de negociação. Em 2019 realizaram-se quatro leilões tendo sido adquiridos todos os contratos oferecidos pelo comercializador de último recurso.

### 6.2 Leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso

O Regulamento de Relações Comerciais (RRC) e o Regulamento Tarifário (RT) consagram a separação das funções de compra e venda de energia elétrica para fornecimento dos clientes e de compra e venda de energia elétrica da produção em regime especial, ambas desempenhadas pelo comercializador de último recurso (CUR). No caso específico da compra e venda de energia elétrica para fornecimento dos clientes, o RRC, estabelece nos artigos 168.º e 169.º que o CUR deve adquirir energia elétrica através de mecanismos regulados, expressamente previstos para o efeito. Complementarmente, o CUR deve também adquirir energia elétrica para abastecer os seus clientes em mercados organizados, designadamente em mercados organizados de contratação a prazo. O mecanismo regulado de contratação a prazo de energia elétrica para aprovisionamento do CUR assume a natureza de aquisição de contratos de futuros de produtos listados no mercado gerido pelo OMIP, através da negociação em leilão. Em 2019 realizaram-se os primeiros dois leilões.

### 6.3 Direitos de utilização de capacidade (gás)

O gás natural necessita de infraestruturas de rede e terminais complexas, por onde se estabelecem os fluxos energéticos associados ao seu transporte, bem como de uma gestão centralizada dos sistemas assim constituídos. Neste contexto, o cálculo da atribuição e a gestão técnica e económica dos direitos de utilização dessas capacidades (DUCg) são matérias de particular relevância para o funcionamento adequado dos respetivos mercados.

Nesse sentido, o OMIP foi contactado pela REN – Gasodutos, S.A. em 2013, com o intuito de colaborar na operacionalização dos novos mecanismos de atribuição de capacidade nas diferentes infraestruturas da

Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), explorando o conceito de contratação ex-ante dos Direitos de Utilização de Capacidade (DUC) nas infraestruturas do gás natural, em emissão primária e em mercado secundário. De acordo com o Artigo 33.º do Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural (RARI) - versão 2013 -, deveriam ser utilizados mecanismos objetivos e transparentes, não discriminatórios, baseados em critérios de mercado, que fornecessem sinais económicos eficazes aos agentes de mercado envolvidos e que satisfizessem os demais princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 714/2009, de 13 de julho, prevendo ainda a utilização de produtos e regras de atribuição de capacidade coerentes e em harmonia com as práticas advogadas pela Comissão ao nível europeu, nomeadamente no Código de Rede Europeu de atribuição de capacidade das infraestruturas. Assim, o OMIP presta à REN, desde setembro de 2013, serviços nesta área (DUCg): participou ativamente no desenho inicial e instalação da solução, em estreita colaboração com a REN, tendo assegurado, a partir daí, todas as atividades e funções previstas, nomeadamente a formação dos agentes, a configuração e disponibilização de plataformas tecnológicas, bem como a operação do mercado primário e do mercado secundário.

Em 2018 deu-se o alargamento dos leilões de atribuição primária aos produtos intradiários (realização de 24 leilões de envelope fechado por dia na plataforma Trayport, todos os dias do ano).

As funções acima descritas continuaram a ser asseguradas pelo OMIP durante o ano de 2019. Neste âmbito, cabe assinalar a utilização da plataforma de leilões OMIPPlus para a resolução de vários congestionamentos verificados, pela primeira vez, na atribuição de produtos Mensais, Trimestrais e Anuais

## 6.4 Operações de Compensação pelo GTG

A publicação do Regulamento (EU) n.º 312/2014, de 26 de março, que institui o código de rede para a compensação das redes de transporte de gás (Código de Rede de Balanço) obriga a alterações que passam, nomeadamente, por regras a adotar para a compensação da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) pelo operador de rede de transporte, através da realização de ações de compensação mediante a compra ou venda de produtos normalizados de curto prazo numa plataforma de negociação e/ou o recurso a serviços de compensação.

Nesse sentido, o OMIP foi designado pela ERSE, através da Diretiva 18/2016, de 27 de outubro de 2016, como a entidade que opera a plataforma de compensação onde são contratados os produtos que permitam ao Gestor Técnico Global (GTG) as ações de compensação necessárias ao correto funcionamento da RNTGN, naquelas situações em que o mercado grossista de gás de curto prazo apresente, ou se preveja que venha a apresentar uma liquidez insuficiente, ou que não seja possível, em termos razoáveis, adquirir neste mercado os produtos temporais e os produtos localizados de que o operador da rede de transporte necessita.

Assim, neste âmbito, ocorreu em 19 de abril de 2017 o primeiro leilão de gás natural (compra de gás pelo GTG) para concretização de operações de compensação da rede pelo GTG, realizado sobre a plataforma de negociação do OMIP, tendo toda a quantidade colocada a leilão sido satisfeita a um preço de equilíbrio inferior ao preço de reserva. Desde essa data, o OMIP continua a assegurar este serviço ao GTG nos mesmos moldes.

## 6.5 Desenvolvimento do projeto GPMC/OLMC

O OMIP manteve a exploração e a gestão da plataforma informática e\_Switch, por si desenvolvida para suportar, de forma célere, transparente e segura, os processos de mudança de comercializador no mercado

do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no setor do gás natural.

O ano de 2017 foi marcado pela publicação da Lei n.º 42/2016, de 16 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017, nos termos do artigo 172.º e prevê a criação do OLMC no âmbito do sistema elétrico nacional e do sistema nacional do gás natural, o que, em termos práticos e no setor do GN, implicará a passagem das funções de GPMC GN da REN Gasodutos para a ADENE.

O Decreto Lei N.º 38/2017, de 31 de março, estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de OLMC e incumbe a agência para a Energia (ADENE) do respetivo exercício, de acordo com o artigo 2.º, protelando nos termos do artigo 11.º, a transferência para o OLMC, nomeadamente, do sistema de informação de suporte ao exercício da função GPMC.

Nesse contexto, no início de 2018 ocorreu a cedência de posição contratual pela REN Gasodutos à ADENE, continuando assim o OMIP a assegurar as mesmas funções que assegurava sob a alçada da REN Gasodutos, no âmbito do projecto GPMC/OLMC. Deu-se também a transferência da plataforma e\_Switch e do FTP do GPMC para a infraestrutura da ADENE. Já sob a nova tutela da ADENE, cabe ainda assinalar a inclusão do Mercado Regulado na plataforma e\_Switch.

Em abril de 2018, após ter sido convidado pela ADENE a apresentar uma proposta, foi adjudicado ao OMIP a especificação, desenvolvimento, operação e manutenção de uma plataforma eletrónica logística que desse suporte aos vários procedimentos relacionados com o processo de mudança de comercializador no setor do gás natural e da eletricidade (Portal OLMC), tendo-se dado o arranque dos trabalhos ainda em maio. Durante esse ano, desenvolveram-se e concluíram-se as Fases de Especificação e de Evolução da Plataforma, e iniciaram-se os trabalhos de Implementação do Gás Natural.

Em julho de 2019 deu-se o arranque em produtivo do novo Portal OLMC - vertente Gás Natural, com a transferência de operações do anterior portal e\_Switch, tendo este último ficado a operar apenas em modo de leitura/consulta. Ainda durante este ano, iniciaram-se também os trabalhos de implementação da Eletricidade, incluindo o desenvolvimento de uma solução que suporta a gestão do processo de atribuição/remoção automática de tarifa social no mercado eléctrico nacional, concretizando assim a transferência da operativa desse processo do GPMC EL (EDP Distribuição) para a ADENE.

07

Perspetivas para 2020

## PERSPETIVAS PARA 2020

O ano de 2020 volta a ser de importantes desafios para o OMIP. No plano institucional porque urge aprofundar o seu funcionamento integrado no contexto OMI, devendo fornecer um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- > Continuar a tendência de recuperação dos volumes negociados;
- > O aumento do número de participantes no mercado;
- > Estender a curva de maturidade dos contratos de futuros sobre eletricidade até aos 10 anos.
- > Continuar com a organização de leilões de colocação de PRE para a zona portuguesa do MIBEL;
- > Continuar com a organização de leilões aprovisionamento do CUR;
- > Assegurar o elevado nível de serviço que vem sendo prestado aos participantes no Mercado, incluindo o desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades especificamente solicitadas por estes;
- > Manter o reconhecimento e a notoriedade do OMIP como a bolsa de referência.
- > Desenvolver novas áreas de negócio e serviços complementares e acessórios à atividade principal da sociedade.

Assim, o OMIP continuará a atuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do setor de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar ativamente nas atividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte.

# 08

## Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, deliberou propor que o resultado líquido do período de 2019, no valor positivo de € 240 856 (duzentos e quarenta mil oitocentos e cinquenta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal .....	€24 085,60
Distribuição de Dividendos .....	€216 770,40

Lisboa, 26 de março de 2020

## O Conselho de Administração

**Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade**

**Carmen Becerril Martinez**

**Abengoa, S.A.**

German Bejarano García

**Carlos Martin de los Santos Bernardos**

**Endesa Generación Portugal, S.A.**

Adolfo Javier de Rueda Villén

**Naturgy Energy Group**

Antonio Canoyra Trabado

**Iberdrola Generación España, S.A.U.**

Jose Luis Rapún Jiménez

**REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

**REN Serviços, S.A.**

Pedro Henriques Gomes Cabral

**Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.**

Francisco Rodriguez Lopez



# 09

Acionistas,  
órgãos sociais  
e participada

## 9.1 Acionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

## 9.2 Órgãos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral triénio 2018 — 2020

Manuela Lopes dos Santos.....Presidente

### Conselho de Administração triénio 2018 — 2020

Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade .....Presidente

Carmen Becerril Martinez .....Vice Presidente

Abengoa, S.A. (German Bejarano García) .....Vogal

Carlos Martin de los Santos Bernardos.....Vogal

EDP – Energias de Portugal, S.A. (vacante).....Vogal

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén) .....Vogal

Naturgy Energy Group (Antonio Canoyra Trabado).....Vogal

Iberdrola Generación España, S.A.U (Jose Luis Rapún Jiménez).....Vogal

Parcaixa, SGPS, S.A. (vacante) .....Vogal

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara) .....Vogal

REN Serviços, S.A. (Pedro Henriques Gomes Cabral).....Vogal

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L. (Francisco Rodriguez Lopez) .....Vogal

### Órgão de Fiscalização/Fiscal Único triénio 2018 — 2020

Ernest & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC) .....Efetivo

Pedro Miguel Borges Marques (ROC).....Suplente

## 9.3 Participada

OMIClear, C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de € 7 500 000,00.

# 10

## Demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

### Balanço

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2019	31-12-2018
<b>Ativo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	51 998	74 143
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial	8	5 333 811	5 306 062
Outros Investimentos financeiros	9	8 119	5 764
		<b>5 393 928</b>	<b>5 385 969</b>
<b>Corrente</b>			
Clientes	10	430 001	283 814
Estado e outros entes públicos	11	-	5 456
Outros créditos a receber	12	882 869	712 695
Diferimentos	13	35 912	24 777
Caixa e depósitos bancários	5	430 209	356 038
		<b>1 778 991</b>	<b>1 382 779</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>7 172 919</b>	<b>6 768 749</b>
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito	14	2 500 000	2 500 000
Prémio de emissão	15	1 193 711	1 193 711
Reservas legais	16	275 849	270 666
Ajustamentos/Outras variações nocapital próprio	17	1 114 928	1 114 928
Resultados transitados		1 025 810	1 025 810
		<b>6 110 298</b>	<b>6 105 115</b>
Resultado líquido do período		240 856	51 828
<b>Total do capital próprio</b>		<b>6 351 154</b>	<b>6 156 943</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos	18	15 421	34 947
		<b>15 421</b>	<b>34 947</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	19	257 097	129 221
Estado e outros entes públicos	11	109 071	76 915
Financiamentos obtidos	18	19 540	19 213
Outras dívidas a pagar	20	418 542	351 510
Diferimentos	13	2 094	-
		<b>806 344</b>	<b>576 859</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>821 765</b>	<b>611 806</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>7 172 919</b>	<b>6 768 749</b>

As notas das páginas 39 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2019	31-12-2018
Vendas e serviços prestados	21	2 788 245	2 272 580
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias	8	27 749	(122 048)
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 340 080)	(965 493)
Gastos com o pessoal	23	(1 265 903)	(1 217 972)
Outros rendimentos	24	275 314	280 519
Outros gastos	25	(130 752)	(94 535)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>354 573</b>	<b>153 051</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7	(31 202)	(31 211)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>323 371</b>	<b>121 840</b>
Juros e gastos similares suportados	26	(802)	(1 139)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>322 569</b>	<b>120 701</b>
Imposto sobre o rendimento do período	27	(81 713)	(68 873)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>240 856</b>	<b>51 828</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>0,96</b>	<b>0,21</b>

As notas das páginas 39 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
<b>Posição no início de 2018</b>		2 500 000	1 193 711	253 574	1 114 928	1 025 810	170 918	6 258 941
<b>Alterações no período</b>								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	17 092	-	153 826	(170 918)	-
		-	-	17 092	-	153 826	(170 918)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	51 828	51 828
<b>Resultado integral</b>		-	-	-	-	-	51 828	51 828
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Distribuições	28	-	-	-	-	(153 826)	-	(153 826)
		-	-	-	-	(153 826)	-	(153 826)
<b>Posição no fim de 2018</b>		<b>2 500 000</b>	<b>1 193 711</b>	<b>270 666</b>	<b>1 114 928</b>	<b>1 025 810</b>	<b>51 828</b>	<b>6 156 942</b>
<b>Alterações no período</b>								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	5 183	-	46 644	(51 828)	-
		-	-	5 183	-	46 644	(51 828)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	240 856	240 856
<b>Resultado integral</b>		-	-	-	-	-	240 856	240 856
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Distribuições	28	-	-	-	-	(46 644)	-	(46 644)
		-	-	-	-	(46 644)	-	(46 644)
<b>Posição no fim de 2019</b>		<b>2 500 000</b>	<b>1 193 711</b>	<b>275 849</b>	<b>1 114 928</b>	<b>1 025 810</b>	<b>240 856</b>	<b>6 351 154</b>

As notas das páginas 39 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2019	31-12-2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes		3 126 761	2 488 592
Pagamentos a fornecedores		(1 482 192)	(1 210 725)
Pagamentos ao pessoal		(1 262 506)	(1 153 359)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>382 062</b>	<b>124 509</b>
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(27 198)	(8 958)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(232 291)	(164 997)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>122 573</b>	<b>(49 446)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 574)	(3 107)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(4 574)</b>	<b>(3 107)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		(3 015)	(3 809)
Dividendos	28	(40 814)	(134 598)
Outras Operações de Financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(43 829)</b>	<b>(138 407)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>74 170</b>	<b>(190 959)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	5	<b>356 038</b>	<b>546 998</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	5	<b>430 209</b>	<b>356 038</b>

As notas das páginas 39 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1 Identificação da entidade e período de relato

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., cuja anterior denominação era OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respetiva escritura pública sido assinada em 16 de junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Desde 18 de outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS), e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL).

Até 12 de setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das ações representativas do capital social da empresa, OMIClear, C.C., S.A. (OMIClear), que tem como objeto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação. Atualmente detem 50% das ações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 25 de março de 2020, estando ainda sujeitas a aprovação por parte dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas à data de 31 de dezembro de 2019.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo OMIP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem dife-

rir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.18.

## **2.2. Derrogação das disposições do SNC**

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

## **2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras**

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

# **4 Principais políticas contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

## **4.1. Participações financeiras – Empresas Associadas**

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são refletidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respetivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

## **4.2. Conversão cambial**

### **4.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras do OMIP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

### **4.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS**

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados, se relacionadas com financiamentos ou em Outros rendimentos ou Outros gastos, para todos os outros saldos / transações.



### 4.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2019	2018
USD	1,1234	1,1450
GBP	0,8508	0,8945

### 4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

	Anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

### 4.4. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

#### 4.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “*Outros créditos a receber*”. O ajustamento pela imparidade de créditos a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

#### 4.6. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio do OMIP, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

#### 4.7. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

#### 4.8. Capital subscrito

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

#### 4.9. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

#### 4.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

#### 4.11. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até € 15 000, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor

de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

#### **4.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

As provisões são reconhecidas quando o OMIP tem: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o OMIP divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### **4.13. Locações**

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o OMIP não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o OMIP tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

#### **4.14. Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As dife-

renças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

#### 4.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da atividade do OMIP. Os réditos são apresentados líquidos de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a devoluções de vendas, descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré ou pronto pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução dos réditos, os quais são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos apropriados. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para o OMIP; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

#### 4.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas do OMIP é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus sócios.

#### 4.17. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

#### 4.18. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do OMIP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

##### ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

##### 4.18.1. Provisões

O OMIP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

#### 4.18.2. Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação / amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações / amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

#### 4.18.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do OMIP, tais como: (i) a disponibilidade futura de financiamento; e (ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao OMIP.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

#### 4.19. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

## 5 Fluxos de caixa

### 5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

### 5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o detalhe de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
Caixa	2 021	2 812
Depósitos bancários	428 188	353 226
	<b>430 209</b>	<b>356 038</b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Numerário</b>		
- Caixa	2 021	2 812
	<b>2 021</b>	<b>2 812</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
- Depósitos à ordem	428 188	353 226
	<b>428 188</b>	<b>353 226</b>
	<b>430 209</b>	<b>356 038</b>

## 6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 6.1. Alterações nas normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo OMIP.

### 6.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

### 6.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

### 6.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

## 7 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
<b>1 de janeiro de 2018</b>			
Custo de aquisição	87 406	1 756 276	1 843 682
Depreciações acumuladas	(6 335)	(1 734 519)	(1 740 854)
<b>Valor líquido</b>	<b>81 071</b>	<b>21 757</b>	<b>102 828</b>
Adições	-	2 526	2 526
Transferências e abates	-	(9 294)	(9 294)
Depreciação - período	(21 851)	(9 360)	(31 211)
Depreciação - Transf. e abates	-	9 294	9 294
<b>Valor líquido</b>	<b>59 220</b>	<b>14 923</b>	<b>74 143</b>
<b>31 de dezembro de 2018</b>			
Custo de aquisição	87 406	1 749 508	1 846 208
Depreciações acumuladas	(28 186)	(1 734 585)	(1 772 065)
<b>Valor líquido</b>	<b>59 220</b>	<b>14 923</b>	<b>74 143</b>

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
<b>1 de janeiro de 2019</b>			
Custo de aquisição	87 406	1 749 508	1 846 208
Depreciações acumuladas	(28 186)	(1 734 585)	(1 772 065)
<b>Valor líquido</b>	<b>59 220</b>	<b>14 923</b>	<b>74 143</b>
Adições	-	9 057	9 057
Depreciação - período	(21 851)	(9 350)	(31 202)
<b>Valor líquido</b>	<b>37 368</b>	<b>14 630</b>	<b>51 999</b>
<b>31 de dezembro de 2019</b>			
Custo de aquisição	87 406	1 758 565	1 855 265
Depreciações acumuladas	(50 038)	(1 743 935)	(1 803 267)
<b>Valor líquido</b>	<b>37 368</b>	<b>14 630</b>	<b>51 998</b>

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos / reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.



As adições em ativos fixos tangíveis realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2019 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em equipamento.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o OMIP utilizava os seguintes bens adquiridos em locação financeira:

Locações financeiras	31-12-2019	31-12-2018
Valor bruto	87 406	87 406
Depreciações acumuladas	(50 038)	(28 186)
	<b>37 368</b>	<b>59 220</b>

## 8 Participações financeiras

### – Método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o investimento em empresas associadas corresponde a 50% do capital da OMIClear – C.C., S.A.

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2019	31-12-2018
	OMIClear	OMIClear
<b>Ativos</b>		
Não correntes	287 210	560 375
Correntes	217 176 469	201 865 893
	<b>217 463 679</b>	<b>202 426 268</b>
<b>Passivos</b>		
Não correntes	-	-
Correntes	206 796 056	191 814 143
	<b>206 796 056</b>	<b>191 814 143</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>10 667 623</b>	<b>10 612 125</b>
<b>Atividade no ano</b>		
Rendimentos	2 594 357	1 909 589
Gastos	(2 538 859)	(2 153 684)
Resultado líquido	<b>55 498</b>	<b>(244 095)</b>
% participação detida	50%	50%
	<b>27 749</b>	<b>(122 048)</b>

A movimentação da participação financeira nos períodos apresentados é como segue:

	OMIClear
<b>1 de janeiro de 2018</b>	5 428 110
Ganhos / (Perdas)	(122 048)
Outros movimentos no Capital	-
<b>31 de dezembro de 2018</b>	<b>5 306 062</b>
Ganhos / (Perdas)	27 749
<b>31 de Dezembro 2019</b>	<b>5 333 811</b>

Em 2019 e 2018 não foram recebidos quaisquer dividendos da OMIClear.

## 9 Outros investimentos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se às contribuições mensais efetuadas pela Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei nº 70/2013.

## 10 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Partes relacionadas (nota 32)	410 491	-	410 491	222 997	-	222 997
Clientes - Terceiros	19 510	-	19 510	60 817	-	60 817
	<b>430 001</b>	<b>-</b>	<b>430 001</b>	<b>283 814</b>	<b>-</b>	<b>283 814</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	<b>430 001</b>	<b>-</b>	<b>430 001</b>	<b>283 814</b>	<b>-</b>	<b>283 814</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 11 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os saldos referentes às rubricas de Estado são como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	32 732	5 456	-
Imposto sobre o rendimento - IRS	-	20 622	-	19 115
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	34 315	-	36 904
Contribuições para a segurança social	-	21 402	-	20 896
	<b>-</b>	<b>109 071</b>	<b>5 456</b>	<b>76 915</b>

Para os períodos apresentados o saldo do Imposto sobre o rendimento - IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2019	31-12-2018
Pagamento por conta	48 981	74 892
Estimativa de IRC	(81 713)	(69 436)
	<b>(32 732)</b>	<b>5 456</b>

## 12 Outros Créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição da rubrica de créditos a receber é como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos	-	-	-	6 501	-	6 501
<b>Outros Devedores</b>						-
OMIClear (Nota 32)	573 957	-	573 957	378 894	-	378 894
OMIP SGPS (Nota 32)	18 620	-	18 620	4 317	-	4 317
REN - Gasodutos (Nota 32)	46 582	-	46 582	24 582	-	24 582
Adene	47 225	-	47 225	47 225	-	47 225
Outros	110	-	110	972	-	972
<b>Acréscimos de rendimentos</b>						
Outros	196 375	-	196 375	250 204	-	250 204
	<b>882 869</b>	-	<b>882 869</b>	<b>712 695</b>	-	<b>712 695</b>
<b>Imparidade</b>	-	-	-	-	-	-
	<b>882 869</b>	-	<b>882 869</b>	<b>712 695</b>	-	<b>712 695</b>

Detalhe dos outros acréscimos de rendimentos:

	31-12-2019	31-12-2018
Acréscimo de GPMC	22 280	150 000
ATR - REN	-	6 000
REMIT - Fase II - Q4	64 710	5 850
Acréscimo de DUC'S	-	55 000
Acréscimo da EEX - Q4	44 361	30 211
Leilões	50 000	-
Diversos	15 024	3 143
<b>TOTAL</b>	<b>196 375</b>	<b>250 204</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 13 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o OMIP tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

### Ativos

	31-12-2019	31-12-2018
Seguros	5 468	5 593
Quotas	741	-
Bloomberg	3 868	3 759
Outros	25 835	15 425
	<b>35 912</b>	<b>24 777</b>

### Passivos

	31-12-2019	31-12-2018
Outros	2 094	-
	<b>2 094</b>	-

## 14 Capital

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o capital social do OMIP, no montante de € 2 500 000, encontra-se totalmente realizado e é composto por 250 000 ações, de valor nominal de € 10 cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	% participação	Capital
OMIP SGPS	50,00%	1.250.000
OMEL	50,00%	1.250.000
	<b>100,00%</b>	<b>2.500.000</b>

## 15 Prémio de emissão

Os prémios de emissão, no montante de € 1 193 711 Euros, resultaram de um aumento de capital social ocorrido em 2004 com a entrada do OMEL no capital da Empresa e um reforço de capital do anterior acionista REN. Posteriormente, parte deste valor foi utilizado para fazer face a um aumento de capital.

## 16 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2019 esta reserva ascende a € 275 849 (2018: € 270 666), não perfazendo ainda 20% do capital social.

## 17 Ajustamentos no capital próprio

O montante de € 1 114 928 Euros evidenciado nesta rubrica corresponde à reavaliação da OMIClear após a venda de 50% efectuada pelo OMIP ao OMIE em setembro de 2013.

## 18 Financiamento obtidos

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a decomposição da rubrica de Financiamentos apresentava-se como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras	19 540	15 421	34 961	19 213	34 947	54 160
	<b>19 540</b>	<b>15 421</b>	<b>34 961</b>	<b>19 213</b>	<b>34 947</b>	<b>54 160</b>

## 19 Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Fornecedores	257 097	129 221
	<b>257 097</b>	<b>129 221</b>

O aumento da dívida a fornecedores deve-se sobretudo ao fornecedor Premium Minds No decorrer do ano de 2019, este fornecedor teve um elevado volume de faturação devido ao contrato de prestação de serviços celebrado entre o OMIP e a ADENE. Paralelamente a estes serviços, a Premium Minds prestou serviços também na alteração da aplicação do suporte OMI RRM e na adaptação do sistema Trayport no âmbito da pré-negociação de acordo com a regulamentação MIFIR. As faturas destas prestações de serviços foram emitidas em dezembro de 2019.

## 20 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	31-12-2019			31-12-2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Outros credores</b>						
Outros	86 613	-	86 613	21 368	-	21 368
	<b>86 613</b>	-	<b>86 613</b>	<b>21 368</b>	-	<b>21 368</b>
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>						
Gastos com o pessoal	281 331	-	281 331	287 433	-	287 433
Outros	50 598	-	50 598	42 709	-	42 709
	<b>331 929</b>	-	<b>331 929</b>	<b>330 142</b>	-	<b>330 142</b>
	<b>418 542</b>	-	<b>418 542</b>	<b>351 510</b>	-	<b>351 510</b>

## 21 Serviços prestados

O montante de Serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	826 826	492 071
Fees variáveis	469 442	316 253
Licenças	426 558	401 272
Fees de admissão e manutenção	404 849	407 584
REMITT	243 060	261 440
Serviços prestados no âmbito da Eletricidade	150 000	162 500
Market Monitoring	120 000	120 000
EEX	134 260	92 892
Formação	12 750	17 568
Outros	500	1 000
	<b>2 788 245</b>	<b>2 272 580</b>

Os serviços de sustentação do sistema gestão encontram-se evidenciados na rubrica de Outros rendimentos. A variação favorável dos serviços prestados deve-se sobretudo ao contrato de GPMC celebrado entre o OMIP e a ADENE.

## 22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Trabalhos especializados	1 127 843	736 053
Deslocações e estadas	53 580	55 716
Rendas e alugueres (inclui condomínio)	44 244	43 983
Materiais	32 542	30 164
Despesas de representação	22 361	20 153
Seguros	17 533	17 927
Energia e fluídos	10 126	9 523
Comunicações	9 650	17 503
Honorários	6 538	20 493
Outros (individualmente inferiores a 5.000 Euros)	15 663	13 978
	<b>1 340 080</b>	<b>965 493</b>

A rubrica mais relevante dos fornecimentos e serviços externos são os trabalhos especializados, os quais incluem: (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas, e; (ii) *fees* de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo ao OMIP.

O aumento dos custos com trabalhos especializados está associado ao contrato da empresa com a ADENE e que está relacionado com o desenvolvimento da plataforma de GPMC.

## 23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
Remunerações		
Orgãos sociais	277 804	273 180
Pessoal	746 501	715 407
	<b>1 024 305</b>	<b>988 587</b>
Encargos sobre remunerações	227 221	220 485
Outros	14 377	8 900
	<b>241 598</b>	<b>229 385</b>
	<b>1 265 903</b>	<b>1 217 972</b>

O aumento dos custos com o pessoal, deve-se sobretudo a aumento de vencimentos dos colaboradores.

O número médio de colaboradores do OMIP em 2019 foi de 13 (2018: 14).

## 24 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Fees de gestão (Nota 32)	267 741	267 741
Correções de períodos anteriores	5 086	7 900
Outros	2 487	4 878
	<b>275 314</b>	<b>280 519</b>

A rubrica *Fees de gestão* inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar recursos humanos para serem afetos a trabalhos decorrentes da atividade dessas empresas.

Ao valores debitados em cada entidade são € 212 304 para a OMIClear e € 55 437 para o OMIP SGPS.

## 25 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019	31-12-2018
Custos com operações de mercado	82 224	76 949
Quotizações	23 639	24 752
Impostos	8 547	9 308
Correcção de exercícios anteriores	7 823	56
Outros	8 519	(16 530)
	<b>130 752</b>	<b>94 535</b>

A rubrica de Custos com operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas de mercado. A variação registada resulta do facto de em 2019 os volumes de negociação terem sido superiores ao ano de 2018. Encontra-se igualmente incluído nestes custos uma comissão que a CMVM começou a cobrar em 2018, a qual varia de acordo com o volume negociado.

A rubrica Quotizações inclui os gastos que a Empresa suportou durante o ano de 2019 por ser associada de entidades do setor, como a Associação Portuguesa de Energia, APEX (Association of Power Exchanges) e o EUROPEX, entre outras.

## 26 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos períodos de 2019 e 2018 é como segue:

	31-12-2019	31-12-2018
<b>Gastos financeiros</b>		
Outros gastos financeiros	802	1 139
	<b>802</b>	<b>1 139</b>

## 27 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2019	31-12-2018
Imposto sobre o rendimento corrente	81 713	69 436
Excesso de Estimativa para Imposto	-	(563)
	<b>81 713</b>	<b>68 873</b>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 17% até € 15 000, para o restante valor da colecta 21% e a derrama de 1,5% (2018: 17% até € 15 000, para o restante valor da colecta 21% e a derrama de 1,5%).

### 27.1. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existem situações geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

### 27.2. Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é evidenciada como segue:

	31-12-2019		31-12-2018	
Resultado antes de imposto	15 000	307 569	15 000	105 701
Taxa de imposto	17,0%	21,0%	17,0%	21,0%
	<b>2 550</b>	<b>64 589</b>	<b>2 550</b>	<b>22 197</b>
	<b>67 139</b>		<b>24 747</b>	
Gastos não aceites	5 351		29 409	
Rendimentos não tributados	(9 377)		(2 599)	
Derrama	4 551		3 726	
Tributação autónoma	14 049		14 153	
Excesso de estimativa de IRC	-		(563)	
	<b>81 713</b>		<b>68 873</b>	
Imposto sobre o rendimento corrente	81 713		69 436	
Excesso de estimativa de IRC	-		(563)	
Imposto sobre o rendimento	<b>81 713</b>		<b>68 873</b>	
Taxa efetiva de imposto	<b>25,3%</b>		<b>57,1%</b>	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2019	2018
Taxa de imposto até € 15 000	17,00%	17,00%
Taxa de imposto para o remanescente	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b>20,50%</b>	<b>20,50%</b>



## 28 Dividendos

O OMIP pagou dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de € 46 644 aos accionistas OMIP SGPS e OMEL, na proporção das participações no capital da empresa (Em 2018 foram pagos € 153 826 como dividendos).

O pagamento dos dividendos, foi sujeito a retenção na fonte à taxa de 25%. Em 2018 o valor pago após a retenção foi de € 134 598,17.

## 29 Compromissos

A 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 não existiam outros compromissos assumidos pela Empresa e não refletidos nas demonstrações financeiras.

## 30 Contingências

### PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o OMIP não apresenta qualquer passivo contingente.

### ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o OMIP não apresenta qualquer ativo contingente.

## 31 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, o OMIP confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

## 32 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA:

### NATUREZA DO RELACIONAMENTO COM AS PARTES RELACIONADAS:

#### Acionistas:

- OMIP, SGPS
- OMEL

#### Subsidiárias:

- OMIClear – C.C., SA

#### Outras partes relacionadas:

- OMI – Polo Español, SA
- REN – Rede Electrica Nacional, S.A.
- REN – Gasodutos, S.A.
- REN – Serviços, S.A.
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Banco Comercial Português, S.A.
- EDP – Energias de Portugal, S.A.
- Naturgy Energy Group, S.A.
- Iberdrola Generacion Española, S.A.U.

**32.1. Transações com acionistas:**

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com os acionistas:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Compras de serviços</b>		
OMIP SGPS	25 350	25 350
	<u>25 350</u>	<u>25 350</u>
	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Serviços prestados</b>		
OMIP SGPS	55 437	55 437
	<u>55 437</u>	<u>55 437</u>

**32.2. Saldos devedores e credores com acionistas**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com acionistas são os seguintes:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Compras de serviços</b>		
OMIP SGPS	25 350	25 350
	<u>25 350</u>	<u>25 350</u>
	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Serviços prestados</b>		
OMIP SGPS	55 437	55 437
	<u>55 437</u>	<u>55 437</u>

**32.3. Transações com subsidiárias:**

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com a subsidiária OMIClear:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Compras de serviços</b>		
OMIClear	85 344	85 344
	<u>85 344</u>	<u>85 344</u>
<b>Serviços prestados</b>		
OMIClear	212 304	212 304
	<u>212 304</u>	<u>212 304</u>

**32.4. Saldos devedores e credores com subsidiárias:**

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são os seguintes:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Outros créditos a receber</b>		
OMIClear (nota 12)	573 957	378 894
	<u><b>573 957</b></u>	<u><b>378 894</b></u>
	<u><b>31-12-2019</b></u>	<u><b>31-12-2018</b></u>
<b>Outras dívidas a pagar</b>		
OMIClear (nota 20)	39 527	-
	<u><b>39 527</b></u>	<u><b>-</b></u>

### 32.5. Transações com outras partes relacionadas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Serviços prestados</b>		
REN - Gasodutos	298 750	261 121
OMIE	120 000	120 000
	<u><b>418 750</b></u>	<u><b>381 121</b></u>

### 32.6. Saldos devedores e credores com outras partes relacionadas:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 os saldos resultantes de transações efetuadas com outras partes relacionadas são as seguintes:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
<b>Cientes</b>		
REN - Gasodutos (nota 10)	360 390	202 997
OMIE (nota 10)	50 101	20 000
	<u><b>410 491</b></u>	<u><b>222 997</b></u>
<b>Outros créditos a receber</b>		
REN - Gasodutos (nota 12)	46 582	24 582
	<u><b>46 582</b></u>	<u><b>24 582</b></u>

### 32.7. Remunerações da Administração

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2019</u>	<u>31-12-2018</u>
Salários e outras remunerações de curto prazo	277 804	273 180
	<u><b>277 804</b></u>	<u><b>273 180</b></u>

### 33 Eventos subsequentes

No âmbito dos impactos da pandemia COVID-19, a empresa está a acompanhar a evolução da situação e não existe qualquer previsão de que a sua atividade operacional seja posta em risco. Foram já implementadas, de forma gradual, um conjunto de medidas técnicas, organizativas de segurança e higiene e de teletrabalho, as quais não tiveram qualquer impacto nos serviços prestados.

Os resultados da empresa têm evoluído em linha com o orçamentado.

### 34 Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade, deliberou propor que o resultado líquido do período de 2019 no valor positivo de € 240 856 (duzentos e quarenta mil oitocentos e cinquenta e seis euros), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal .....	€ 24 085,60
Distribuição de Dividendos .....	€ 216 770,40

Lisboa, 26 de março de 2020

## O Conselho de Administração

**Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade**

**Carmen Becerril Martinez**

**Abengoa, S.A.**

German Bejarano García

**Carlos Martin de los Santos Bernardos**

**Endesa Generación Portugal, S.A.**

Adolfo Javier de Rueda Villén

**Naturgy Energy Group**

Antonio Canoyra Trabado

**Iberdrola Generación España, S.A.U.**

Jose Luis Rapún Jiménez

**REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.**

Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

**REN Serviços, S.A.**

Pedro Henriques Gomes Cabral

**Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.**

Francisco Rodriguez Lopez

## O Técnico de Contas

**Manuela Lopes dos Santos**

Técnico de contas, n.º 85946

# 11

## Anexos

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

01/03



**Ernst & Young**  
**Audit & Associados - SROC, S.A.**  
 Avenida da República, 90-6º  
 1600-206 Lisboa  
 Portugal

Tel: +351 217 912 000  
 Fax: +351 217 957 586  
 www.ey.com

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 7.172.919 euros e um total de capital próprio de 6.351.154 euros, incluindo um resultado líquido de 240.856 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativos ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfase sobre a COVID-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das Organizações. Na nota 33 são divulgados os impactos e incertezas resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus), estimados pelo Conselho de Administração para a OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A., com base na informação disponível à data. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

02/03



OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2019

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



03/03



OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A.  
Certificação Legal das Contas  
31 de dezembro de 2019

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 03 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **RUI ABEL SERRA MARTINS**  
Num. de Identificação: BI091334357  
Data: 2020.04.03 17:30:55+01'00'



Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119  
Registado na CMVM com o n.º 20160731

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

01/02



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Desde a data da nossa nomeação, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistemas de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

02/02



**Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.**  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal

Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2019 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2019 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2019, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 03 de abril de 2020

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por : **RUI ABEL SERRA MARTINS**  
Num. de Identificação: BI091334357  
Data: 2020.04.03 17:31:47+01'00'



Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119  
Registado na CMVM com o n.º 20160731



**OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.**

Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal

[www.omip.eu](http://www.omip.eu) // [omip@omip.pt](mailto:omip@omip.pt)

Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001